PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA



www.pmvc.ba.gov.br

LEI Nº 2.972, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.

PROF. MUM. DE V. DA CONQUISTA Probledo no DOM em MONDOS Ericão nº 3886 conforme art. 103 da La Organica.

Altera a Lei nº 2.716/2022, que dispõe sobre o programa de alimentação do trabalhador por meio de vale alimentação em cartão magnético, no âmbito da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – Bahia, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, com arrimo no artigo 74, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei Ordinária nº 2.716/2022 deste Município passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. "Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a reajustar para R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) a quantia mensalmente fornecida a título de "Vale Alimentação" a seus servidores efetivos da ativa e de cargos comissionados de símbolo CC." (NR)

Parágrafo único. Anualmente, na data de 1° de janeiro, o valor estipulado no Artigo 1° poderá ser atualizado por ato da Presidência da Casa, desde que dita atualização não importe em aumento real e seja realizada com base nos índices oficiais do Governo destinados a recompor o poder de compra.

Art. 2º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a dobrar o valor citado no Artigo 1º desta Lei, exclusivamente, no mês de dezembro de cada ano, devendo a recarga extra ser creditada em data estabelecida pela Diretoria Administrativa e Financeira.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025, se assim houver dotação orçamentária, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Vitória da Conquista – BA, 13 de janeiro de 2025.

Assinado digitalmente por ANA SHEIL
ELMOS ANDRADE 60380771572
DN: cm-ANA SHEILA ELMOS
ANDRADE 60380771572 c=BR, o=ICF
Brasil, ou =presencial,

Ana Sheila Lemos Andrade Prefeita Municipal

Art. 2" Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a dobrar o valor citado no Artige 1º desta Lei, exclusivamente, no mês de dezembro de cada año, devendo a recarga extra ser conditoda em deta assubalecida pala Directoria. A las mistrativa e Financeira.

